

Dados não sustentam 'guerra às drogas' de Trump contra Maduro

Maduro foi preso no sábado (3) e aguarda o julgamento que ocorrerá em Nova York

Por Fernanda Mena (Folhapress)

Sob forte escolta de agentes da DEA, a agência antidrogas dos Estados Unidos, o ditador deposto da Venezuela, Nicolás Maduro, desembarcou em Nova York no último sábado (3) para responder a acusações de narco-terrorismo.

A cena marca o ponto culminante de uma ofensiva militar e judicial que Washington diz ter como objetivo combater "drogas que matam os americanos".

O Departamento de Justiça acusa Maduro, sua mulher, seu filho e integrantes do alto escalão do regime de crimes como narco-terrorismo, tráfico internacional de drogas e porte ilegal de armas.

Em setembro, ao anunciar a campanha militar que resultaria nos ataques a embarcações no Caribe e no sequestro do líder venezuelano, o presidente Donald Trump afirmou que a operação mirava diretamente o tráfico responsável por overdoses nos EUA.

Os dados oficiais, no entanto, contam outra história. Informações reunidas por agências internacionais e pelo próprio governo americano indicam que a Venezuela não é um produtor relevante de cocaína nem figura entre as principais rotas de escoamento da droga para a América do Norte.

Segundo o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (Unodc), os fluxos marítimos mais importantes de cocaína com destino aos EUA passam por Colômbia, Panamá, México e El Sal-



Nicolás Maduro teve suas primeiras imagens divulgadas após chegar a Nova York

vador.

A Venezuela aparece, sobretudo, como país de passagem da droga destinada à Europa.

Relatórios da própria DEA reforçam esse quadro. Um documento da agência sobre apreensões de cocaína nos EUA aponta que mais de 80% das amostras analisadas tinham origem na Colômbia. A Venezuela sequer é mencionada. O relatório também destaca que, entre as duas principais rotas de entrada da droga -pelo Caribe e pelo oceano

Pacífico-, é esta última que concentra a cocaína mais pura e em maior volume.

Ainda mais distante da Venezuela está o epicentro da crise que hoje mata americanos em escala recorde: os opioides sintéticos. Dados do Centro Nacional de Estatísticas sobre Abuso de Drogas dos EUA mostram que cerca de 75% das mortes por overdose no país estão ligadas a opioides, como o fentanil -não à cocaína. Em 2023, foram cerca de 105 mil mortes por overdose de opioides.

O fentanil consumido nos EUA é produzido majoritariamente no México a partir de insumos químicos vindos da China, segundo autoridades americanas.

Não há registro de produção da substância na Venezuela nem de uso do país como rota de trânsito da droga.

Apesar disso, em setembro de 2025 o governo Trump iniciou uma campanha de ataques contra pequenas embarcações no mar do Caribe, sob a justificativa de que transportavam drogas da Ve-

nezuela para os EUA.

Segundo a própria Casa Branca, foram ao menos 35 ofensivas, com um saldo de 115 mortos. Especialistas em direito internacional classificam as ações de ilegais.

A acusação formal contra Maduro sustenta que ele liderava o chamado Cartel de los Soles, cuja existência é contestada, e que atuaria em cooperação com o Tren de Aragua -uma gangue que Trump designou como organização terrorista em 2025.

Especialistas, no entanto, descrevem o Tren de Aragua como uma facção criminosa de atuação predominantemente local, restrita à Venezuela e a países andinos.

Documentos das agências de inteligência dos EUA contradizem a narrativa oficial.

Eles indicam que integrantes do regime de Maduro podem ter tolerado ou mantido relações pontuais com o Tren de Aragua, mas afirmam que não há evidências de uma política organizada de cooperação liderada pelo ditador venezuelano. O conjunto desses dados sugere que o combate ao narcotráfico não explica, por si só, a intervenção americana na Venezuela. A contradição se torna ainda mais evidente quando se observa outro gesto recente de Trump: a concessão de indulto presidencial ao ex-presidente de Honduras Juan Orlando Hernández, condenado a 45 anos de prisão pela Justiça dos EUA por envolvimento direto com o tráfico de drogas. Questionado sobre o caso, Trump voltou a defender Hernández.

Brasil quer participar de reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre Venezuela

Ricardo Stuckert/PR



Governo brasileiro quer se manifestar sobre a Venezuela

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer se manifestar na reunião de emergência do Conselho de Segurança das Nações Unidas para discutir a operação militar dos Estados Unidos que resultou na captura do ditador Nicolás Maduro.

O encontro, solicitado pelas delegações da Venezuela e da Colômbia na ONU, deve ocorrer nesta segunda (5).

A reunião do principal órgão da ONU foi apoiado por China e Rússia, segundo disseram à Folha pessoas com conhecimento do tema.

A Colômbia, liderada pelo presidente Gustavo Petro, crítico da ação militar americana, é membro não permanente do colegiado. O Brasil no momento não

ocupa um assento no conselho, mas as regras da ONU permitem que estados não membros discutam em reuniões se assim solicitarem. A solicitação é feita à presi-

dência do órgão, atualmente com a Somália, mas depende de uma decisão prévia sobre se o encontro será aberto ou fechado a não membros ou fechado.

Nesse caso, a representação do Brasil nas Nações Unidas poderá apresentar seus argumentos depois de todos os 15 integrantes. O governo Lula não poderá votar em caso de deliberação.

Na maior intervenção contra a América Latina em décadas, os Estados Unidos atacaram a Venezuela neste sábado (3), bombardeando a capital, Caracas, e capturando Maduro e sua esposa.

O Conselho de Segurança da ONU é formado pelos cinco membros permanentes (EUA, Reino Unido, França, China e Rússia) e por dez assentos rotativos, com mandatos de dois anos. Além da Colômbia, a composição atual é formada por Bahrein, República Democrática

do Congo, Dinamarca, Grécia, Letônia, Libéria, Paquistão, Panamá e Somália.

O presidente Lula repudiou a ação dos EUA e disse que os ataques, com a detenção de Maduro, ultrapassam uma linha "inaceitável".

"Atacar países, em flagrante violação do direito internacional, é o primeiro passo para um mundo de violência, caos e instabilidade, onde a lei do mais forte prevalece sobre o multilateralismo. A condenação ao uso da força é consistente com a posição que o Brasil sempre tem adotado em situações recentes em outros países e regiões", escreveu a conta de Lula no X.

Por Ricardo Della Coletta (Folhapress)